

# PARLAMENTO

MATO GROSSO

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXVII | JUNHO  
EDIÇÃO 16 | 2024

RDM 28  
REDE DE MÍDIAS  
ANOS



## Juliana Kolankiewicz

Primeira-dama de Água Boa é a nova voz feminina na Câmara Federal



Saiba quem são os pré-candidatos às prefeituras das três maiores cidades de MT



Urna eletrônica completa 28 anos de fundação

**RDM**  
**REDE DE MÍDIAS**

**28**  
**anos**

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



**Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!**

**BRASÍLIA-DF**

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21  
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102  
@ midia@revistardm.com.br

**RIO DE JANEIRO-RJ**

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003  
@ midia@revistardm.com.br

**SÃO PAULO-SP**

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar  
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909  
@ midia@revistardm.com.br

**CUIABÁ-MT**

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa  
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240  
@ midia@revistardm.com.br

CEO

**JOÃO PEDRO MARQUES**

DIRETOR PRESIDENTE  
**Artur Dias da Fonseca**

DIRETORA EXECUTIVA  
**Shelry Pereira**

COORDENADOR EDITORIAL

**João Orozimbo Negrão**

DIRETORA DE REDAÇÃO  
**Angela Jordão**

EDITOR  
**Matheus Maurício**

EDITOR DE ARTE  
**Márcio Brandão do Carmo**

REVISÃO  
**Doralice Jacomazi**

REDAÇÃO

Repórteres: **Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo** (fotografia)

GERENTE COMERCIAL  
**Maiara Max**

CONSELHO EDITORIAL

**João Pedro Marques** (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo e Wanderson Nogueira.**

TEXTOS

**Vanessa Alves, Matheus Maurício, Humberto Azevedo, Jean Gusmão, Agência Brasil, Assessoria de imprensa, Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso**

FOTOGRAFIA

**Helder Faria, Assessoria de imprensa, TRE-MT, Humberto Azevedo, reprodução, divulgação, PSDB, Tchelo Figueiredo, Tomaz Silva/Agência Brasil / Estadão, Rafael Pereira / Agência Petrobras, Tauan Alencar, Globo / reprodução, Diego Vara, Jefferson Rudy / Agência Senado, Fabio Rodrigues / Pozzebom - Agência Brasil, Agência Minas / reprodução, Reprodução PT Senado, Pedro França / Agência Senado, Gcom/MT, Edilson Rodrigues / Agência Senado, Marcelo Régua / Agência O Globo, TRE - MT, Cristiano Antonucci/Secom-MT**

REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310  
redação@revistardm.com.br

RDM PARLAMENTO MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:

**ARTUR DIAS DA FONSECA NETO**  
(65) 3623-1170  
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br  
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL  
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM PARLAMENTO MATO GROSSO É PUBLICAÇÃO

## CARTA DO EDITOR

*Caros leitores,*

*Nesta edição, os convidamos a conhecer a primeira-dama do município de Água Boa, que pela primeira vez assumiu a bancada da Câmara Federal. Em entrevista ao RDM, ela conta um pouco sobre sua trajetória até ocupar esse lugar e quais políticas públicas quer propor para as mulheres enquanto está temporariamente no cargo.*

*Já falando do cenário político, vamos mostrar quem são os pré-candidatos às prefeituras das três maiores cidades de Mato Grosso, que devem concorrer à eleição em outubro.*

*Boa leitura.*

Atenciosamente,

Matheus Maurício, editor da **Parlamento Mato Grosso.**

## SUMÁRIO

### CAPA | Primeira-dama na Câmara

#### 04 | Opinião

#### 06 | Bastidores da República João Pedro Marques

#### 08 | Bancada Federal | Notas

#### 10 | Assembleia Legislativa Notas

#### 12 | Câmara Municipal | Notas

#### 14 | ENTREVISTA Primeira-dama na Câmara

#### 18 | Preparação para as eleições

#### 21 | 28 anos da urna eletrônica

#### 25 | Pré-candidatos à prefeitura

#### 28 | Sem reeleição

#### 30 | Período proibitivo antecipado



# O grande erro da MP do Fim do Mundo

**E** impressionante a fome arrecadatória do governo federal que não mede as consequências e coloca a nossa economia sob risco. Desta vez, ele editou na surdina a MP 1227, apelidada ironicamente de “MP do Fim do Mundo”, deixando empresários, produtores rurais, parlamentares e tributaristas surpreendidos pela falta de diálogo.

Com esta medida, o governo federal comete o mesmo erro do ex-presidente da Argentina Alberto Fernández, que aumentou a taxação para exportações, forçando a venda dos produtos no mercado interno na sua guerra contra a inflação. Mas o resultado todos sabemos, a Argentina praticamente quebrou, arrebatando a balança comercial, causando desemprego e inflação nas alturas, que, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), em 05/2024, estava com a taxa anual de 289,4%!

Voltando à nossa realidade, a MP 1227 cria mais burocracia e restringe a

compensação de créditos de Pis/Cofins, e na “ponta do lápis” estamos sob o risco de vivenciar em breve os aumentos de 1% a 4% no diesel e 4% a 7% na gasolina, conforme projeção do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP). E, para quem tem um mínimo de noção, sabe que o transporte de produtos e mercadorias em geral precisa ser feito por veículos que consomem muito desses combustíveis, forçando o aumento do custo do frete a ser repassado ao preço final de tudo que consumimos, desde alimentos básicos até aquela cervejinha do fim do dia.

Didaticamente, os créditos de

Pis/Cofins são valores que fazem parte dos produtos revendidos, e a empresa que trabalha no regime do Lucro Real pode usar o valor de crédito para reduzir tais impostos ou outros impostos cobrados pela Receita Federal.

A MP 1227 tira a flexibilidade de compensar os créditos de Pis/Cofins, quando faz exportação, nos quais poderia compensar com Imposto de Exportação para alguns tipos de produtos.

E o grande problema disso está no fato de afetar empresas que fazem exportações, comprando produtos no mercado brasileiro e revendendo para





o estrangeiro.

Uma empresa que já adquiriu o produto gerado na indústria brasileira, que já pagou o Pis/Cofins, quando faz exportação é isenta de pagar Pis/Cofins novamente, e antes desta MP poderia utilizar o crédito para abater em outros impostos federais, como Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuições previdenciárias ou restituir em dinheiro, porém agora sem possibilidades de compensar os créditos, a organização fica obrigada a pagar os outros impostos, mantendo os créditos de

Pis/Cofins por até cinco anos.

**A medida desestimula a exportação de produtos da indústria nacional.**

O agronegócio exporta muitos produtos primários e isso deve continuar, mas para o setor industrial o baque será maior, tornando-se, dessa forma, menos competitivo no cenário internacional devido a um governo gastador que busca praticamente “confiscar” tudo do cidadão, cada vez mais, com mais e mais impostos. Tudo isso decidido, de forma abrupta sem discutir com a sociedade, antecipadamente.

A MP foi anunciada como uma

solução para manter a desoneração da folha de pagamento de R\$ 26,3 bilhões ao exercício de 2024, beneficiando empresas e municípios. Mas, para isso, é necessária uma compensação adequada, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A solução encontrada foi limitar o uso dos créditos de Pis e Cofins, com expectativa de arrecadar até R\$ 29,2 bilhões. No entanto, essa medida apresenta graves problemas estruturais e coloca um fardo adicional sobre as empresas, ao invés de oferecer um alívio ao pagador de impostos.

Ao mexer no sistema tributário de forma tão abrupta, a MP contraria os princípios da reforma tributária, gerando insegurança jurídica e incertezas para os contribuintes. Empresas que antes contavam com a utilização ampla desses créditos agora se veem diante de um cenário de restrições e dificuldades financeiras.

A decisão do governo é um retrocesso claro para o país. Em vez de fomentar a economia e garantir a estabilidade financeira, a medida propõe um verdadeiro “calote” nas empresas, que perderão recursos vitais, reduzirão planos de investimento e, consequentemente, cortarão empregos. Essa política econômica equivocada pode travar ainda mais a economia brasileira, já fragilizada, e gerar um impacto negativo profundo no mercado de trabalho.

É urgente que o governo reconsidere essa medida e busque soluções que promovam o crescimento econômico sustentável, sem penalizar os setores produtivos do país. Sempre que vemos este tipo de atuação governamental, me lembro de Voltaire, que disse: “A arte de governar geralmente consiste em espoliar a maior quantidade possível de dinheiro de uma classe de cidadãos para transferir à outra”, e, no caso, a outra classe, com certeza não é de quem se levanta cedo diariamente e trabalha em prol de nossa comunidade. A MP 1227, em sua forma atual, é um passo na direção errada, com consequências potencialmente devastadoras para o futuro econômico do Brasil.

**David F. Santos - Consultor empresarial e tributário na Lucro Real Consultoria Empresarial**

## Magda Chambriard defende explorar petróleo em 'novas fronteiras'



“O esforço exploratório dessa empresa tem que ser mantido, tem que ser acelerado”. A afirmação foi feita por Magda Chambriard em sua primeira entrevista após assumir a presidência da Petrobras, substituindo Jean Paul Prates. “Temos que tomar muito cuidado com a reposição das reservas, a menos que a gente queira aceitar o fato de que podemos voltar a ser importadores, o que para mim está fora de cogitação”, disse. Em sua fala inicial, citou a necessidade de encarar a transição energética, mas destacou o papel das novas fronteiras – como a margem equatorial do Amazonas – no futuro da estatal, uma política combatida por ambientalistas dentro do próprio governo.

## Nova presidente diz que estatal deve ser rentável e atender acionistas



A nova presidente também afirmou que a Petrobras tem de ser rentável e atender aos interesses dos acionistas, sejam eles privados ou governamentais.

“Nós vamos respeitar a lógica empresarial. Não há como gerir uma empresa dessas sem respeitar a lógica empresarial. Dando lucro, sendo tempestivo, atendendo aos interesses tanto dos acionistas públicos quanto dos privados, nós vamos fazer”, afirmou. “Se existe uma coisa que eu tenho certeza e garanto é que essa empresa vai dar muito lucro. Se tem lucros, tem dividendos. Nós queremos ter lucros”.

## Ministro de Minas e Energia alerta que Guiana extrai petróleo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que, enquanto o país discute a exploração de petróleo na margem equatorial, a Guiana está extraindo o óleo em região que deveria ser explorada pelo Brasil. “Nossos irmãos da Guiana estão chupando de canudinho as riquezas do Brasil, estão explorando na divisa, em um bloco adquirido no governo Dilma. Não podemos desrespeitar contratos. É direito do povo brasileiro conhecer suas riquezas”, disse. O projeto, no entanto, é contestado pelo Ibama.



## Luciano Huck poderá disputar a Presidência nas eleições de 2026

Os sucessivos encontros do apresentador da Globo Luciano Huck com personalidades do mundo político estão a indicar que o marido de Angélica poderá mesmo ser candidato a presidente da República em 2026. Pelo menos é o que garantem analistas políticos ouvidos pela coluna nos últimos dias. O nome de Huck chegou a ser cogitado nas eleições presidenciais de 2018 e de 2022, especialmente quando ele próprio havia intensificado articulações com tal objetivo. Agora seu nome surge novamente como a possibilidade de um tertius, a tão sonhada terceira via de setores da elite brasileira.





## Tragédias no RS ajudaram a elevar os índices inflacionários



Dados preliminares de maio mostram que as chuvas no Rio Grande do Sul elevaram a inflação. O IPCA-15 subiu 0,47% no Brasil, mas 1,15% em Porto Alegre. O impacto maior será visto no IPCA de junho. A alta dos preços em Porto Alegre foi puxada principalmente pelos alimentos, com um aumento três vezes maior que a média nacional. As enchentes reduziram a safra de grãos em 851 mil toneladas, elevando os preços de alimentos em outros estados. O governo federal aumentou recursos para importar arroz. A inflação esperada para 2024 subiu de 3,73% para 3,86%.

## PF investiga Romário e diretor do Flamengo em esquema de corrupção



O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) estão investigando o senador Romário (PL-RJ) e o vereador Marcos Braz (PL), diretor do Flamengo, por um esquema de corrupção. A denúncia contra os políticos veio de uma delação premiada do empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva, que está colaborando com as autoridades. O inquérito foi aberto no início de junho no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar as acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O caso está sob a relatoria do ministro Kassio Nunes Marques e é mantido sob sigilo.

## Moraes rejeita recurso e mantém Bolsonaro e Braga Neto inelegíveis

A pouco mais de uma semana de deixar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes rejeitou recurso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seu candidato a vice, Walter Braga Netto, à inelegibilidade a que foram condenados pela Corte. O tribunal considerou que os dois fizeram uso eleitoral das comemorações oficiais pelo bicentenário da Independência, em setembro de 2022, o que é proibido por lei. Os advogados queriam que o processo fosse transferido para o Supremo Tribunal Federal (STF), mas Moraes considerou que o tipo de recurso usado não era adequado à situação. A defesa ainda pode recorrer ao Supremo.



## DITO & FEITO

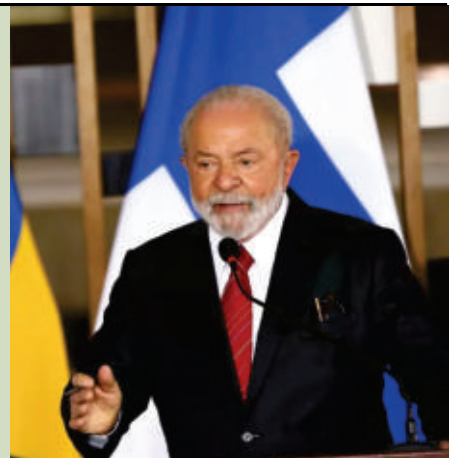
■ “Fiz um detox. Estou tentando ver se encontro outros modos prazerosos de exercitar minha vocação. Não quero mais depender da aprovação ou da crítica sebosa de eleitor.”

*Do ex-ministro e ex-presidênciaável*  
*Ciro Gomes.*

■ “Tenho que indicar mais diretores e tenho que indicar o presidente

do Banco Central até o final do ano. Só tenho que decidir se vou antecipar ou se deixo para indicar mais próximo do vencimento do mandato do presidente Roberto Campos. Então, quem já conviveu com Roberto Campos um ano e quatro meses, não tem problema viver mais seis meses.”

*Do presidente Lula aos jornalistas, durante café da manhã.*



## Jayme não descarta concorrer ao governo de MT em 2026



O senador Jayme Campos (União Brasil) declarou que não descarta a possibilidade de ser candidato ao governo do estado nas eleições de 2026. Embora avalie que ainda está cedo para uma discussão neste sentido, o parlamentar revela que seu grupo político incentiva a ideia.

## Entrega de veículos em Vila Rica



O deputado federal Juarez Costa (MDB) esteve em Vila Rica durante as festividades em comemoração ao aniversário de 38 anos do município para oficializar a entrega de veículos novos, destinados a atender importantes demandas locais.

## Aumento de pena para crimes contra profissionais de saúde



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que aumenta as penas para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato quando cometidos contra profissionais da saúde. A proposta da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) recebeu parecer favorável do relator, senador Dr. Hiran (PP-RR).

## Assis defende condições dignas para presos



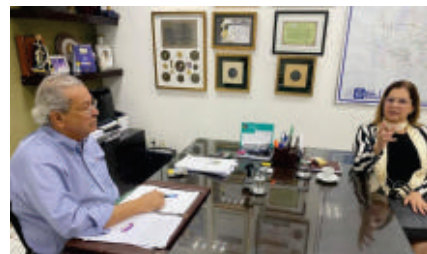
O deputado federal Coronel Assis, do União, defendeu que reeducandos devem viver em condições dignas nos presídios ao comentar sobre as “saidinhas”, que foram proibidas por decisão do Congresso Nacional. Apesar de mencionar a importância de condições adequadas nas unidades prisionais, Assis declarou ser contra as “saidinhas”.

## Wellington critica retorno do DPVAT



O senador Wellington Fagundes (PL/MT) criticou a volta do seguro obrigatório. “É inaceitável que, em meio a tantas dificuldades econômicas enfrentadas pela população, o governo queira impor mais um encargo financeiro. Na verdade, trata-se de mais um imposto, que vai pesar no bolso da população”, afirmou.

## Jayme Campos discute conclusão do campus de VG



A reitora eleita da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Profa. Dra. Marluce Souza e Silva, se reuniu com o senador Jayme Campos (União Brasil) em seu gabinete em Várzea Grande. Durante o encontro, discutiram propostas para o futuro da UFMT e a conclusão do campus de Várzea Grande.

## Internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon está próxima

O senador Wellington Fagundes (PL/MT) trouxe uma notícia aguardada há anos pelo setor turístico de Mato Grosso: a internacionalização do aeroporto Marechal Rondon está prestes a se tornar realidade.



## Abílio cutuca Botelho sobre Operação Tapa-Buraco



O deputado federal Abílio Brunini, do PL, rebateu Eduardo Botelho, também deputado e pré-candidato à prefeitura, que afirmou que R\$ 15 milhões não seriam suficientes nem para tapar um buraco de dente. Abílio questiona: 'É sério isso?'

## Abílio é o mais rejeitado para a Prefeitura de Cuiabá

O deputado federal Abílio Brunini (PL) é o candidato mais rejeitado para a Prefeitura de Cuiabá, com 21% de rejeição, segundo pesquisa MT Dados. Apesar disso, ele está em segundo lugar nas intenções de voto. A pesquisa foi registrada no TSE sob o número MT-01200/2024.

## Educação financeira nas escolas



O senador Jayme Campos (União-MT) apresentou um projeto que institui a Política Nacional de Educação Empreendedora e Financeira nas escolas. Segundo Jayme, é preciso estimular a preparação dos jovens em questões financeiras nas escolas.

## “Tudo é atendido, menos a Chapada”, diz Buzetti



A senadora Margareth Buzetti (PSD) criticou os requerimentos direcionados ao staff do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo a senadora, tudo é atendido, “menos” as questões que envolvem Chapada dos Guimarães (a 62 km de Cuiabá), referindo-se aos estudos pendentes para iniciar o retalhamento - corte de um dos paredões do Portão do Inferno - e a duplicação da MT-252.

## Suplente toma posse no Senado



Rosana Martinelli (PL-MT) tomou posse como senadora. Ela foi eleita como segunda suplente de Wellington Fagundes (PL-MT) nas eleições de 2022. O titular pediu licença para tratamento de saúde e deve ficar afastado até 9 de outubro.

## Apoio a Flávia Moretti

A nova coordenadora da banca-da de Mato Grosso no Congresso Nacional, deputada federal Coronel Fernanda (PL), declarou apoio à pré-candidata à prefeitura de Várzea Grande, Flávia Moretti (PL). O anúncio foi feito durante entrevista à Rádio Cultura.

## Saque do FGTS em caso de calamidade

O senador Jayme Campos (União-MT) anunciou, em pronunciamento no Senado, a apresentação de um projeto que torna permanente a autorização para que o trabalhador possa acessar sua conta do FGTS sempre que o governo federal reconhecer estado de calamidade pública no município de sua residência (PL 2.188/2024).

## Wellington deixa o Senado



O senador Wellington Fagundes (PL) sairá de licença para realizar a segunda cirurgia nos ligamentos do ombro. O primeiro suplente, Mauro Carvalho (PRD), cedeu o mandato à ex-prefeita de Sinop Rosana Martinelli (PL).

## PL do Aborto e seus pontos de vista



O deputado federal e pré-candidato a prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), foi um dos 32 parlamentares que assinaram o Projeto de Lei (PL 1904) aprovado em regime de urgência, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio.

## Hospital de reabilitação em Cuiabá



O deputado estadual Wilson Santos (PSD) apresentou requerimento à Assembleia Legislativa para a realização de uma audiência com a presidente da Rede Sarah Kubitschek de Hospitais, Lúcia Willadino Braga. O objetivo é a implantação de uma unidade do hospital de reabilitação em Cuiabá.

## Homenagem a chefes de cozinha



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, no Sesc Arsenal, em Cuiabá, uma sessão especial para homenagear chefes de cozinha, empresários, donos de restaurantes e representantes da classe gastronômica de Mato Grosso.

## Comitiva visita Poços de Caldas



O deputado estadual Dr. Eugênio de Paiva (PSB) e o prefeito de Barra do Garças, Dr. Adilson Gonçalves, lideraram comitiva de autoridades e empresários do trade turístico na visita a Poços de Caldas (MG), para conhecer modelo de investimento, ampliar e melhorar os pontos turísticos do município.

## Articulação para emplacar vice na chapa de Max Russi



O deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) se articula nos bastidores para ser o vice na chapa do deputado estadual Max Russi (PSB), que está consolidado como o próximo presidente da Assembleia Legislativa.

## Obrigatoriedade de uniforme nas escolas estaduais



Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram, em redação final, o Projeto de Lei 313/2024, do Poder Executivo, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar nas unidades de ensino que compõem o sistema estadual de educação.

## Polo de fruticultura em Cuiabá



A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) iniciou os estudos para implantar um polo em Cuiabá para desenvolver a fruticultura e a horticultura em Mato Grosso, atendendo à proposta feita pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT).

## PT já definiu pré-candidato a prefeito de Cuiabá

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) foi anunciado como pré-candidato à prefeitura de Cuiabá pela Federação Brasil da Esperança em entrevista coletiva no diretório estadual do PT. O atual vice-prefeito, José Roberto Stopa (PV), anunciou sua desistência de concorrer à prefeitura na reunião realizada minutos antes, com a presença de líderes do PT, do PV, do PC do B e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD).



## Cattani justifica suspensão de títulos aos ministros



O deputado estadual Gilberto Cattani (PL), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, justificou a suspensão dos títulos de cidadão mato-grossense concedidos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Segundo Cattani, a decisão foi tomada de forma legal, uma vez que a proposição dos títulos não passou pela comissão.

## Revitalização de bacias hidrográficas



A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) deu parecer favorável a três projetos de lei que propõem normas para revitalização de importantes bacias hidrográficas de Mato Grosso. As bacias dos rios Juruena, das Mortes e do Guaporé deverão passar por um processo de recuperação.

## Ministro visita a Assembleia Legislativa



O conselheiro do Conselho Nacional de Educação e ministro do Superior Tribunal Militar, José Barros Filho, que é membro da Caravana da Educação, visitou a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). Ele veio a Cuiabá para ministrar a palestra “Direito à Segurança Alimentar na Primeira Infância” a professores mato-grossenses.

## Lei sobre mudanças climáticas

O deputado Dr. Eugênio de Paiva (PSB) é autor da lei que contribui com a legislação sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas em Mato Grosso. Trata-se da Lei Complementar 777/2023, cujo assunto é debatido nesta semana do meio ambiente.

## Candidatura própria para disputa



O deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos) tentará convencer o presidente nacional do partido e ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, a apoiar sua candidatura à Prefeitura de Cuiabá. Diego defende que o Republicanos esteja na linha de frente das eleições de 2024.

## Sem chantagem



O deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) criticou como “infeliz” a declaração do presidente municipal do Republicanos, Eduardo Magalhães. O partido ameaça romper com o pré-candidato à Prefeitura de Cuiabá, Eduardo Botelho (União), caso não indique o vice.

## Melhoria no transporte público

Lúdio Cabral (PT), deputado estadual e pré-candidato a prefeito de Cuiabá, defende que seja feito um novo desenho das linhas de ônibus na capital, para melhorar a qualidade do transporte público coletivo.

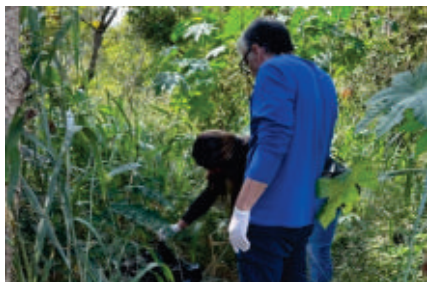
## Janaina critica PL do Estupro

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) se manifestou em suas redes sociais contra o Projeto de Lei 1904/24, apelidado de “PL do Estupro”, que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. A proposta é criticada por apresentar uma pena maior para a vítima do que para o estuproador.

## Wilson visita projetos habitacionais em Lucas do Rio Verde

O deputado estadual Wilson Santos, presidente da Câmara Setorial Temática da Moradia Popular, esteve em Lucas do Rio Verde (LRV) visitando dois projetos instalados na cidade: o Águas do Cerrado e o projeto Sonho Meu, feito em parceria com reeducandos do sistema prisional.

## **Cuiabá:** investigação do descarte irregular de animais mortos



Depois da denúncia do vereador Sargento Vidal (MDB), equipes da Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema) e da Perícia Oficial e Identificação Técnica de Mato Grosso (Politec) estiveram presentes no bairro Jardim Universitário para iniciar investigações sobre o descarte irregular de animais mortos na região.

## **Água Boa:** inauguração da Feira do Pequeno Produtor

A comunidade do PA. Santa Maria celebrou a inauguração da tão esperada Feira do Pequeno Produtor, homenageando Joaquim Rodrigues Dias. Esse novo espaço, entregue pela prefeitura municipal, promete fortalecer a economia local. Os vereadores de Água Boa estiveram presentes na entrega do novo local.

## **Cuiabá:** projeto reduz carga horária para assistentes sociais

A Câmara Municipal da capital recebeu o projeto de lei, encaminhado pelo Poder Executivo, que beneficia as categorias de assistentes sociais e cuidadores. A proposta sugere a redução da carga horária semanal de 40 para 30 horas, sem alteração salarial.

## **Rondonópolis:** luta pelo atendimento na saúde pública



Um grupo de mães de crianças com diabetes e representantes da Associação de Apoio a Pacientes com Diabetes de Rondonópolis participaram da Ordem do Dia na Câmara de Vereadores, para expor sua preocupação diante da situação, que o grupo considera crítica, em relação ao atendimento na área da saúde pública em Rondonópolis.

## **Rosário Oeste:** busca de recursos para a agricultura familiar



O presidente da Câmara Municipal, Flávio Loureiro, e os vereadores Vanuzia Araújo e Alexandre do Bauxi estiveram reunidos com a assessoria do deputado Max Russi em busca de recursos para fomentar a agricultura familiar no município de Rosário Oeste.

## **Campo Verde:** construção de ciclovia em avenida



A Indicação nº 134/2024, de autoria do vereador e presidente Silvio Eventos, juntamente com o vereador Clebinho do Judô, indica ao Poder Executivo municipal a necessidade de se tomar medidas que objetivem a construção de ciclovia paralela ao canteiro central na avenida Presidente João Goulart.

## **Nova Mutum:** entrega da reforma do Centro de Educação Infantil



O presidente da Casa Legislativa, José da Paixão, vereadores, colaboradores, líderes políticos locais e secretários municipais estiveram presentes na cerimônia de entrega da reforma do Centro de Educação Infantil Integral Pequeno Aprendiz.

## **Cuiabá:** lar dos idosos é contemplado com emenda

O lar dos idosos de Cuiabá recebeu uma emenda de R\$ 50 mil do vereador Rodrigo Arruda e Sá (PSDB) para a execução do projeto de socialização dos idosos, que tem transformado a vida dos internos do local.

## Lucas: reforçar apoio contra moratórias da soja

Uma comitiva de vereadores viajou para Cuiabá com o objetivo de aprimorar o apoio a medidas contra as moratórias da soja e da carne. Na capital, os parlamentares participaram de um evento sobre o tema, organizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), no hotel Gran Odara.

## Cuiabá: wi-fi nos transportes públicos



A Lei n. 6.043/2016, de autoria do vereador Marcrean Santos (MDB), autoriza a disponibilização de wi-fi gratuito aos usuários de transporte público no município de Cuiabá. O sinal de internet ficará disponível nos veículos e em terminais.

## Várzea Grande: atendimento integrado à pessoa autista

Foi aprovado o Projeto de Lei 44/2024, que dispõe sobre a criação do atendimento integrado à pessoa autista. A proposta é de autoria do vereador Alessandro Moreira (MDB).

## Sorriso: inauguração do PSF



Os vereadores estiveram presentes na inauguração do PSF Jardim Aurora - Airis Sobrinho Brito. A estrutura conta com 390 m<sup>2</sup> de área construída e representou um investimento de aproximadamente R\$ 2 milhões entre a edificação, mobiliário e equipamentos.

## Campo Verde: reforma do PSF

O vereador e presidente Silvio Eventos foi o autor da Indicação n° 176/2024, que indica ao Poder Executivo municipal a necessidade de tomar medidas que visem à reforma do PSF Olímpia Macarini, no bairro Jardim Campo Verde.

## Barra do Garças: Dia Mundial do Doador



A Câmara Municipal, em conjunto com a UCT, está liderando uma campanha de conscientização e incentivo à doação de sangue, mobilizando seus servidores e a comunidade em geral para participarem desse gesto nobre.

## Tangará da Serra: Associação Cultural de Capoeira

O parlamento municipal aprovou o Projeto de Lei (PL n° 19/2024) do Poder Legislativo, que declara a Associação Cultural de Capoeira Capuerê de utilidade pública em Tangará da Serra.

## Várzea Grande: tratamento por ozonioterapia



O Projeto de Lei 140/2023, que autoriza a ozonioterapia no município, foi aprovado. A proposta do vereador Ícaro Reveles (MDB) se deve aos amplos benefícios estéticos e de tratamento médico.

## Araputanga: pavimentação da rodovia MT-436



Aprovada a Indicação n. 73/2024 pela Câmara Municipal de Araputanga, dos vereadores Paulinho Gato, Ronaldo das Botas e Toninho, solicitando pavimentação asfáltica na rodovia MT-436, da rotatória com a MT-248 até a Comunidade das Botas.



A primeira-dama e deputada em exercício, Juliana Kolankiewicz, concede entrevista à RDM no gabinete que pertence ao titular do mandato, o emedebista Juarez Costa.

# Vale do Araguaia é representado na Câmara Federal por Juliana Kolankiewicz

## Deputada pretende levantar pautas que beneficiem as mulheres

Por Vanessa Alves e Humberto Azevedo

A primeira-dama da cidade de Água Boa, Juliana Kolankiewicz, de 46 anos, assumiu a cadeira na Câmara Federal após o afastamento do deputado federal Juarez Costa (MDB), para campanha eleitoral, no final do mês de maio.

Mas para a gente entender como a emedebista chegou à cadeira de deputada é preciso saber um pouco de sua história.

Juliana Rosa de Souza Kolankiewicz nasceu em 11 de agosto de 1979 no município de Palmas, no Paraná. Além de atuar na política, é veterinária, casada com o prefeito de Água Boa, Dr. Mariano Kolankiewicz Filho (MDB), e tem três filhos.

Para a deputada em exercício, um dos nomes que despertou sua inspiração a entrar na política foi o da deputada Janaina Riva (MDB), que hoje exerce seu segundo mandato e já esteve à frente da Assembleia Legislativa do

Estado de Mato Grosso.

Antes de tentar também entrar em um cargo na Câmara dos Deputados, Juliana foi secretária de Assistência Social e representa como pecuarista o Agro no estado. A veterinária é a 4ª suplente do deputado Juarez Costa e foi eleita com 16.885 votos na última eleição, realizada em 2022.

Sua trajetória na política local e seu trabalho na área de saúde animal têm sido destacados no município de Água Boa. Com o seu histórico à frente da Ação Social do município, papel crucial no desenvolvimento e bem-estar da comunidade local, Juliana Kolankiewicz agora será a primeira mulher a representar o Vale do Araguaia no Congresso Nacional, um marco na política de Água Boa e região.

Como deputada, suas principais pautas de projetos que irá promover é o desenvolvimento da região do

Araguaia, melhorias nas BRs 242, 158, Ferrogrão e FICO.

*A parlamentar falou sobre seus planos como a primeira mulher a representar o Araguaia no Congresso Nacional em entrevista ao RDM Parlamento Mato Grosso.*

A primeira-dama do município de Água Boa falou ainda da sua luta para incentivar a participação feminina na política, eleições municipais, 2026, meio ambiente, os desafios para superar as mudanças climáticas e seus planos para representar a região do Araguaia, a 730 quilômetros de distância da capital do estado, Cuiabá.

**RDM: Sobre suas ideias, o que pretende levar a cabo nos próximos quatro meses em que estará no exercício de deputada federal?**

**Juliana Kolankiewicz:** Pretendo me debruçar em melhorar as condições de logística do Vale do Araguaia com

melhorias nas rodovias federais que cruzam a região, como as BRs 158 e 242. Irei ocupar os mesmos espaços nas comissões temáticas da Câmara e em grupos parlamentares nos quais o deputado licenciado Juarez Costa atua. Primeiramente, eu quero agradecer a Deus pela possibilidade de estar aqui. Agradecer imensamente ao deputado Juarez Costa, que está nos dando esta grande oportunidade. O MDB é uma grande família e incentiva as mulheres a se envolverem e a estarem na política. Então, a minha estada aqui serão quatro meses de trabalhos intensos, tenho muito a aprender e estou aprendendo muito diariamente aqui no gabinete. E também levar as emendas para a nossa região. Hoje o Araguaia estava há mais de 30 anos sem nenhum representante aqui em Brasília, no Congresso Nacional. E poder trazer as demandas para a nossa região na questão de logística, BR-158, BR-242, são muitas coisas e muitas áreas que precisam de atenção. Hoje faço parte da FPA, da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também da CCJ nas cadeiras que o deputado Juarez ocupava e que eu sigo ocupando com muito entusiasmo e muita responsabilidade e acreditando que é muito importante para o nosso estado de Mato Grosso, para a região do Araguaia, e toda a região em que vivemos no potencial econômico que é o agronegócio. Então, estamos aqui em Brasília e a nossa missão é defender os interesses do nosso estado, da minha região, também das mulheres, das famílias.

**RDM: Como você vê o papel da mulher na política nos tempos atuais?**

**Juliana Kolankiewicz:** As mulheres podem e devem ser o que elas quiserem e se sentirem bem, elas possuem mais “sensibilidade” para o exercício de cargos públicos do que os homens. Não que eu seja feminista, pelo contrário, eu acredito que todos nós temos oportunidades iguais de se desenvolver, destacar e de se conseguir uma posição desejada.

Nós temos feito um trabalho de incentivo para que as mulheres participem mais da política e sejam candidatas. Hoje eu sou primeira-dama de Água Boa. Então, o meu marido é prefeito do MDB e é candidato à reeleição.

E nós estamos aí com esse trabalho para favorecer a região do leste mato-grossense que é a região do Araguaia.

Em Água Boa, nós teremos quatro candidatas mulheres com grande potencial de serem eleitas, por serem pessoas influentes na nossa comunidade e que estamos visando ter um êxito nas eleições. Nos próximos dias farei algumas visitas a alguns municípios do Vale do Araguaia para fomentar essa questão das pré-candidaturas e também incentivar que as mulheres entrem na política e façam a sua parte, porque a participação das mulheres é especial pela sensibilidade com a qual tratamos os assuntos.

Então, sempre esse olhar feminino tem algo a mais que o olhar masculino. Seja cuidando de casa, das crianças; seja na política; seja como uma profissão. Eu sou veterinária, que é uma profissão um tanto quanto masculina, cuido da minha fazenda, da minha família, mas tenho muito prazer em ser mãe de três filhos, de cuidar de casa, de fazer tarefas com crianças. Então, eu acho assim: as mulheres podem e devem ser o que elas quiserem e se sentirem bem. E não com cobrança da sociedade para que seja isso, ou seja aquilo. Tem que ser o que quiser. E se elas querem ser políticas, serem vereadoras, serem prefeitas, deputadas, enfim, qualquer cargo que quiserem ocupar, têm todo o meu apoio e todo o meu aval. E acredito que fazem diferença em todos os lugares. Dentro de casa, dos estabelecimentos comerciais, nos consultórios médicos, odontológicos, veterinários, enfim, profissionais liberais e também na política.

**RDM: Sobre as eleições de 2026, pre-**



A primeira-dama e deputada em exercício, o marido, Dr. Mariano Kolankiewicz, e os filhos.

**tende sair como candidata a algum cargo eletivo?**

**Juliana Kolankiewicz:** Aí, vamos esperar. O tempo vai dizer melhor como as coisas vão se desenrolar. O nosso foco aqui, neste momento, aqui em Brasília, é importantíssimo. É um momento tão especial que a gente está vivendo aqui essa grande oportunidade. Hoje nós temos aqui a primeira mulher deputada federal da região do Araguaia. Então, toda a nossa região está comemorando a gente poder representar aqui em Brasília a região do Araguaia e Mato Grosso. Mas aí antes temos as eleições municipais este ano e aí sim depois pensar nas eleições de 2026. Mas eu sou uma pessoa que não digo nunca. A gente não sabe como vão se desenrolar as coisas e se for entendido pelo grupo, pelas pessoas, pelo povo, que é interessante e necessário eu ser candidata, serei. Se achar que não é o momento, não serei. Então, o futuro a Deus pertence e com certeza ele está sempre à frente de tudo e sempre vem aí trazendo grandes conquistas, grandes oportunidades. Eu confio muito em Deus. Eu acredito que Deus na frente as portas vão se abrindo e tudo acontece da melhor maneira que tem que ser.



EM TODO ESTADO, MAIS DE

**50 MIL VA**

PARA CURSOS



# GAS





**RDM: Como a política do século 21 deve enxergar a nova realidade ambiental e climática imposta por um profundo cenário de mudanças causadas pelo uso excessivo da exploração econômica ao meio ambiente?**

**Juliana Kolankiewicz:** Com certeza essa é uma questão que está preocupando não só o Brasil, o estado do Rio Grande do Sul, mas o mundo inteiro. São diversas catástrofes, alagamentos, excesso de calor, excesso de frio. A gente vê que o clima está desregulado em muitas e muitas localidades. Mas eu acredito que o estado de Mato Grosso é um grande exemplo de como conciliar a produção, a tecnologia, a agropecuária com a preservação ambiental. O nosso governador Mauro Mendes, o vice-governador Otaviano Pivetta são sempre muito preocupados e estão sempre fazendo políticas e mostrando ao mundo inteiro como que Mato Grosso consegue esse equilíbrio. Eu acredito que nós temos aí uma produção imensa, os maiores produtores do país, somos os grandes produtores de grãos e temos aí em torno de 60% das nossas terras preservadas. Então, é neste sentido: é preservar o que deve ser preservado, produzir e usar tecnologia para aumentar a produção sem explorar demasiadamente o meio

ambiente. Então, hoje, a nossa região, em especial, o vale do Araguaia, é altamente preservada. A gente consegue ver isso no entorno dos rios, das matas, enfim. Preservar e produzir, eu acho que esse é o grande segredo do sucesso e do bem-estar social neste momento de mudanças climáticas.

**RDM: Como o país precisa agir para se adequar à nova realidade climática que deverá impor condições mais adversas à existência humana em todas as regiões do planeta.**

**Juliana Kolankiewicz:** É preciso separar recursos para que os municípios, com auxílios dos governos federal e estaduais, possam enfrentar o surgimento das futuras intempéries. Outro tema que está entrando aqui [em debate] é a criação de conselhos específicos para cuidar destas alterações climáticas. Porque hoje nós fazemos o trabalho, falando em termos de Mato Grosso, de preservação, conscientização, temos os órgãos fiscalizadores, temos o cadastro ambiental rural, temos vários mecanismos para controle do desmatamento, da produção. Mas é importante também termos fundos para estarmos preparados para futuras adversidades. Então, a gente nunca sabe, por exemplo, como um incêndio

pode tomar uma proporção tão grande que afete o clima. Então, nós temos que fazer com que os governos federal, estaduais e municipais estejam preparados para enfrentar futuras adversidades. Hoje os municípios não têm condições. Então, temos que pensar inicialmente no nível federal, estadual, para a gente chegar à ponta e resolver os problemas e estarmos preparados para resolver futuros problemas que ainda possam acontecer. E hoje a gente está sendo pego de surpresa e estão acontecendo coisas em áreas, em regiões, que ninguém esperava que acontecessem, neste momento, e de forma tão drástica, tão absurda. Enchentes sempre existiram no Rio Grande do Sul, inclusive nestes municípios que foram destruídos, mas não era com essa devida proporção do que está acontecendo agora. Então, eu acho que também é importante este debate para que a gente comece a se preparar. Outros países do mundo já estão preparados há anos. Muitos, não todos, né? Muitos estão preparados para enfrentar as adversidades climáticas, como o Japão, Rússia, mas nós do Brasil ainda não tínhamos enfrentado tantos desastres ambientais assim. Essa pauta é bem importante para ser discutida e já resolvida o quanto antes.

# Eleições 2024: Faltando 4 meses, o TRE está fazendo para as eleições municipais?

## A cada passo que a eleição fica mais perto, novas etapas começam

Por Vanessa Alves

**A**s eleições municipais de 2024 serão realizadas no dia 6 de outubro e um eventual segundo turno deve ocorrer no último domingo do mesmo mês, dia 27. Neste ano serão eleitos e eleitas candidatos e candidatas aos cargos de prefeito e vice-prefeito e de vereador, que atuarão nas casas legislativas dos municípios brasileiros.

O segundo turno é previsto em cidades com mais de 200 mil eleitores em que o candidato ou candidata mais votado à prefeitura não tenha atingido a maioria absoluta, isto é, metade mais um dos votos válidos (excluídos brancos e nulos).

Em Mato Grosso, os trabalhos para manter ordem durante as eleições estão sendo realizados desde o início do ano pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE MT), e faltando apenas quatro meses para a votação, muitos são os preparativos e regulamentos que devem ser feitos.

Nesta etapa, algumas medidas entre os pré-candidatos deverão ser seguidas. Conforme o calendário eleitoral, os pré-candidatos que apresentarem programas de rádio ou televisão ficam proibidos de fazê-lo a partir do dia 30 de junho.

Já em 6 de julho, passam a ser vedadas algumas condutas por parte de agentes públicos, como a realização de nomeações, exonerações e contratações, assim como participar de inauguração de obras públicas.

Entre 20 de julho e 05 de agosto é permitida a realização de convenções partidárias para deliberar sobre coligações e escolher candidatas e candidatos às prefeituras, bem como ao cargo de vereador. Definidas as candidaturas, as agremiações têm até 15 de agosto para registrar os nomes na Justiça Eleitoral. As propagandas eleitorais só podem ser feitas a partir de 16 de agosto de 2024, data posterior ao término do prazo para o registro de candidaturas. A data é um marco para que



todos os postulantes iniciem as campanhas de forma igualitária. Até lá, qualquer publicidade ou manifestação com pedido explícito de voto pode ser considerada irregular e é passível de multa.

A propaganda gratuita no rádio e na TV é exibida nos 35 dias anteriores à antevéspera do primeiro turno. Dessa forma, a exibição deverá começar em 30 de agosto e se encerrará em 3 de outubro, uma quinta-feira.

Já a partir do dia 21 de setembro (15 dias antes do dia da eleição), candidatos e candidatas não poderão ser presos, salvo no caso de flagrante delito. Eleitoras e eleitores, por sua vez, não poderão ser presos a partir do dia 1º de outubro (cinco dias antes do dia da eleição), a não ser em caso de flagrante delito, em cumprimento de sentença judicial por crime inafiançável ou em razão de desrespeito a salvo-conduto.

### O que muda em 2024?

De forma inédita em Mato Grosso, nas eleições municipais de 2024, o TRE terá o coordenador de acessibilidade, que irá ajudar na logística e no atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia 6 de outubro (1º turno) e 27 de outubro, em eventual 2º turno.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), visando contribuir com o acesso à cidadania da população brasileira, irá ampliar os recursos com o TRE-MT para que haja acessibilidade a todos e todas que necessitem de apoio.

Segundo informações do TRE, as atribuições do coordenador(a) de acessibilidade, que será nomeado(a) para prestar apoio logístico no local de votação, serão: verificar se as condições de acessibilidade estão adequadas, adotar as medidas possíveis para aperfeiçoá-las e, no dia da eleição, orientar e atender as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, também os eleitores e eleitoras que não tenham informado a deficiência no cadastro eleitoral e que queiram registrar a situação no momento da votação, poderão fazê-lo.

Conforme o juiz titular da 1ª Zona Eleitoral de Cuiabá, Jamilson Haddad, é de extrema importância alocar intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para auxiliar pessoas que necessitam deste apoio para exercer o direito ao voto.

“É muito importante que nós, enquanto agentes da lei, cumpramos nosso papel social, a fim de garantir que o cidadão e a cidadã tenham seus direitos resguardados por meio do exercício da democracia, e, também, tive-

mos iniciativa de buscar parcerias com instituições de ensino, órgãos de assistência social para buscar esse perfil de pessoas que cursam ou já cursaram Libras”, pontuou o magistrado.

De acordo com o chefe de cartório da 39ª Zona Eleitoral de Cuiabá, Armando Sussia, os mesários e mesárias serão convocados pelos cartórios a partir da segunda quinzena de junho, por e-mail. “Tem opções de convocações por aplicativos de mensagens, por oficial de justiça, correios, etc., mas na 39ª ZE optamos por comunicar por correio eletrônico, e cada Zona pode adotar seus meios de convocação”, frisou o servidor.

### **Eleição municipal**

As eleições municipais no Brasil são as eleições ocorridas a cada quatro anos em cada município do Brasil em que os eleitores brasileiros votam nos candidatos à gestão do município. Assim, são eleitos não apenas os prefeitos e seus vice-prefeitos, mas também os membros das câmaras legislativas municipais: os vereadores.

### **Saiba a ordem certa na hora de votar**

No dia 6 de outubro, data do primeiro turno das eleições municipais 2024, estarão em disputa os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador em mais de 5,5 mil municípios do país. Na hora de votar, é importante que a eleitora e o eleitor tenham atenção na ordem de votação. De acordo com a legislação eleitoral, primeiro você digita o voto para vereador e, depois, para prefeito.

### **Quantos dígitos formam o número para vereador?**

O número a ser digitado na urna eletrônica para vereador é composto por cinco dígitos. Os dois primeiros correspondem ao partido político e os três seguintes são os que identificam a candidata ou o candidato ao cargo. Caso você só queira votar na legenda, após informar o número do partido, é só apertar o botão “CONFIRMA”.

### **E para prefeito?**

Depois de confirmar o voto para vereador, será a vez de votar para o cargo de prefeito. O número da candidata ou do candidato tem apenas dois dígitos. Confira as fotos, o número, os nomes do candidato e do vice e a sigla do parti-



do. Se as informações estiverem corretas, é só clicar no botão “CONFIRMA”. Após o registro do último voto, aparecerá na tela da urna a palavra “FIM”.

No segundo turno das eleições, marcado para o dia 27 de outubro, só será possível votar para o cargo de prefeito. A segunda etapa de votação somente ocorrerá nas cidades com mais de 200 mil eleitores, no caso em que a candidata ou o candidato mais votado à Prefeitura não tenha obtido metade mais um dos votos válidos (dados somente a candidatos) no primeiro turno. Irão disputar o segundo turno os dois concorrentes mais votados no dia 6 de outubro.

### **Curiosidade sobre a eleição: DF não tem eleições municipais**

O Distrito Federal é uma unidade da federação que possui competência legislativa de Estado e de Município, na

qual está localizada a capital federal do Brasil, a cidade de Brasília, que também é a sede do governo do Distrito Federal.

Apesar da natureza híbrida, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 32, que trata da organização política e administrativa do Distrito Federal, proibiu sua divisão em municípios. O Distrito Federal tem uma estrutura política diferente das demais unidades federativas do país. Há um governador e uma Câmara Legislativa com 24 deputados distritais, mas não há prefeito. O território é dividido em 31 regiões administrativas.

Para os municípios, a Constituição, no artigo 29, prevê a eleição para prefeito, vice e vereadores, que devem ocorrer de maneira simultânea em todo o país e ocorrem em data diversa das eleições para presidente, governador, deputados e senadores.





## Conheça um pouco da história que já atravessou décadas

Da Redação

Depois de registro de fraudes que marcaram as Eleições de 1994, que ainda eram feitas por voto impresso, surgiu a ideia de implantar a urna eletrônica para o pleito seguinte. Em 13 de maio de 1996, foram enviadas as primeiras urnas eletrônicas aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), pelo então presidente do Tribunal Superior Tribunal (TSE), ministro Carlos Velloso. O equipamento, que inicialmente era chamado de Coletor Eletrônico de Voto (CEV), estreou nas Eleições Municipais de 1996.

Há exatos 28 anos após a implantação, a urna eletrônica que conhecemos hoje representa a segurança para o voto.

A criação da urna eletrônica é uma história de mulheres e homens à frente do seu tempo, de união entre os Três Poderes da República em favor de um ideal comum e de incansáveis experimentos realizados em diversos estados do Brasil.

### Fraudes nas Eleições de 1994

O pleito geral de 1994 foi marcado por tensos episódios de fraudes na votação por meio de cédulas de papel. Os pro-

blemas observados na cidade do Rio de Janeiro (RJ) culminaram na anulação das eleições para os cargos de deputado federal e estadual.

Fatos ocorridos, como as 'urnas grávidas ou emprenhadas', quando cédulas já preenchidas eram depositadas na urna de lona, antes da votação. Ou seja, a urna, que deveria estar vazia no início da eleição, já chegava à seção eleitoral recheada de votos.

E os desvios de votos, que aconteciam durante a digitação do mapa de resultados, momento em que os votos eram transferidos de uma candidatura para outra dentro do mesmo partido.

Se, por exemplo, ambos os candidatos tivessem recebido 50 votos, eram registrados 80 para um e 20 para o outro, mantendo o total de 100 votos. Também era possível inverter a votação de ambos ao manipular as linhas e colunas do mapa de resultados.

Protótipos de

máquina de votar

A ideia de usar uma máquina para votar é antiga, nascida na época do primeiro Código Eleitoral, que também criou a Justiça Eleitoral. Entre outros avanços, o Decreto nº 21.076, de 1932, estabeleceu o anonimato da votação e instituiu o voto feminino.

A idealização de um modelo eletrônico de votação teve início no mesmo período, mais precisamente entre os anos 1930 e 1950.

O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE), como era chamado na época, em 1937, analisou alguns equipamentos que poderiam ser usados



para coletar o voto do eleitorado. Um deles, desenvolvido por uma empresa norte-americana, The Automatic Voting Machine, tinha um braço mecânico que marcava a opção escolhida pelo eleitorado e, no encerramento da votação, abria uma folha de metal na qual os votos eram registrados.

Em 1952, uma invenção brasileira chamada de Televoto foi apresentada à Corte. Apesar da promessa inédita de unir recursos presentes na televisão, no telefone e na máquina fotográfica, a ideia não prosperou, pois o radiografista responsável pelo protótipo jamais conseguiu desenvolvê-lo no nível esperado e o equipamento nunca foi usado em eleições.

Mais uma tentativa aconteceu em 1958, ano em que foi concebida a Máquina de Puntel. O aparelho funcionava por meio de teclas e de duas réguas que indicavam os cargos a serem preenchidos. Porém, por ter uma operação demasiadamente complexa, o equipamento acabou não sendo adotado no Brasil.

### Protótipos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral

Das comissões criadas pelo ministro nasceu uma subcomissão presidida pelo ministro Ilmar Galvão e relatada por Paulo Camarão, parceiro de Velloso nas quadras de tênis, nomeado secretário de Informática do TSE.

Durante cinco meses, a equipe, que ainda contava com a participação de técnicos de informática dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), analisou e testou projetos elaborados pela Justiça Eleitoral e por empresas privadas convidadas.

O projeto de informatização, realmente, tomou forma. Naquele ano, a subcomissão de informática, instituída pelo ministro, analisou três protótipos apresentados pelos Tribunais.

### Regionais Eleitorais.

O primeiro deles foi desenvolvido pelo TRE-RS em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com duas empresas de informática. Era uma maleta robusta, fácil de ser transportada, que possuía monitor sensível ao toque. O equipamento também tinha uma bobina de papel integrada e um microterminal do mesário, duas ideias que posteriormente



foram incorporadas ao edital de licitação da urna eletrônica.

O segundo modelo, criado pelo TRE de Mato Grosso (TRE-MT), também trouxe contribuições relevantes para o processo eleitoral. O equipamento já previa a emissão da zerésima e do Boletim de Urna (BU), dois importantes relatórios, que vigoram até hoje. A zerésima é emitida antes do início da votação para comprovar que não há votos registrados na urna para nenhuma candidata ou nenhum candidato. Por sua vez, o BU é impresso após o encerramento da eleição e mostra a quantidade de votos contabilizados na seção eleitoral.

O terceiro protótipo foi idealizado pelo diretor de informática do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Roberto Siqueira, em parceria com a empresa IBM. De acordo com o presidente da Comissão de Informatização do Voto, ministro Ilmar Galvão, o modelo era o que mais se aproximava “da solução almejada pela Justiça Eleitoral”.

Do equipamento mineiro foram importadas algumas características, como o voto exclusivamente numérico, com teclado similar ao de um telefone. O objetivo? Tornar a experiência de votar muito mais simples e intuitiva.

### Por que a urna eletrônica teve sucesso?

O ex-secretário de Informática do TSE, Paulo Camarão, atribui o sucesso da

urna eletrônica a três fatores: ao reconhecimento de que era necessário minimizar a interferência humana no processo eleitoral, à inteligência do ministro Carlos Velloso na condução da iniciativa e ao perfil conciliador do ministro, que sensibilizou os Três Poderes em prol de um bem comum.

“O ministro Velloso utilizou os meios que tinha em mão para produzir esse projeto. Ele se aliou ao Poder Executivo, que é quem dava o dinheiro. Aliou-se ao Poder Legislativo, que era quem iria fazer a lei que viabilizasse a implementação. Aliou-se à imprensa, que era o órgão que iria difundir a nova ideia para o cidadão brasileiro”, afirmou o ex-secretário do TSE.

Como todo bom líder, o ministro Carlos Velloso sabe que ninguém alcança o êxito sozinho e estendeu o mérito pelo sucesso da urna eletrônica ao corpo funcional da Justiça Eleitoral, que embarcou com ele nessa jornada pela moralização das eleições do país. “O servidor da Justiça Eleitoral, eu costumo dizer, é um servidor especial”, enalteceu o ministro.

### Primeiro contato da população com a urna eletrônica

Ao lembrar passagens da história da urna eletrônica, o ministro Carlos Velloso contou que houve, inicialmente, certa resistência quanto ao uso de um equipamento eletrônico para votar.

De acordo com o ministro, o principal argumento dos céticos era de que

havia um grande contingente de pessoas analfabetas e semialfabetizadas no Brasil, que poderiam ter dificuldade para votar por meio de um computador. A tese foi prontamente refutada por ele na época: “Ora, se imaginávamos criar uma máquina simples, [esse tipo de pensamento] era um engano”.

## Como elas chegam às seções eleitorais?

O Brasil realiza a maior eleição informatizada em um único dia do mundo. Cabe aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) de cada estado e do Distrito Federal armazenar e cuidar do transporte das urnas para os locais de votação, na véspera da eleição.

A distribuição dos equipamentos pode sofrer alterações conforme características únicas de cada TRE e de cada zona eleitoral. Em locais mais distantes e de difícil acesso, por exemplo, o transporte das urnas pode ser feito com auxílio das Forças Armadas por meio de helicópteros, aviões e barcos, e pode demorar dias.

No dia da votação acontecem dois testes: o de Autenticidade e o de Integridade.

No dia da votação, o presidente da mesa receptora de votos liga a urna eletrônica a partir das 7h, na presença dos mesários e fiscais de partidos políticos. Logo quando é ligada, a urna analisa automaticamente todos os softwares que estão instalados dentro dela.

Imediatamente depois, a máquina emite a chamada zerésima - relatório em papel que contém a identificação daquela urna e comprova que nela estão registrados todas as candidatas e candidatos e que todos eles têm zero voto - daí o nome zerésima.

A partir das 8h, o sistema da urna está apto, então, para receber os votos.

**Votação**  
É neste horário (8h) que a votação na seção eleitoral é iniciada. O mesário recebe da eleitora ou do eleitor o documento de identificação, digita o número do título no terminal do mesário e, por meio do nome mostrado na tela do terminal, identifica a eleitora ou o eleitor e autoriza a votação.

Os votos digitados na urna são gravados da mesma forma como foram digitados pelo eleitor. O sistema também garante que não seja possível associar o voto gravado a um eleitor. Todos



os votos são protegidos por criptografia e assinatura digital durante toda a votação, garantindo total sigilo, integridade e autenticidade.

## Retirada dos resultados

Encerrada a votação, às 17h, a urna imprime o resultado da votação daquela seção eleitoral. Os boletins de urna são impressos em cinco vias obrigatórias e em até cinco vias adicionais.

Das vias obrigatórias, uma é destinada à fiscalização, outra é guardada pela presidente ou pelo presidente da seção eleitoral, duas são anexadas à ata da seção e encaminhadas ao cartório eleitoral (uma delas, inclusive, acompanha a mídia de resultado), e a quinta é afixada em local visível da seção eleitoral para o conhecimento público. Neste mesmo local, já estará um resumo da zerésima, que foi impressa e colocada ali no período da manhã, antes do início da votação começar.

Uma vez que todas as informações chegam ao servidor central, primeiramente é verificada a assinatura digital – que garante ao TSE que o resultado foi emitido por uma urna eletrônica cadastrada e verificada para aquela seção de votação específica.

O resultado da eleição surge a partir da totalização dos votos, ou seja, da soma de cada BU, processo que também ocorre sem interferência humana, no TSE, em Brasília.

Esses dados só conseguem ser lidos nos equipamentos da Justiça Eleitoral que possuem as chaves para as diversas camadas de segurança, integrantes do sistema eletrônico de votação. Assim, depois de ser verificada na zona eleitoral, a autenticidade dos votos da urna eletrônica é checada mais uma vez no TSE, antes de serem incluídos na totalização.

O TSE totaliza os votos de todo o país e divulga os resultados oficiais. O processo de apuração e totalização é acompanhado por representantes dos partidos políticos, observadores nacionais e internacionais e pela imprensa.

## Sobre as Eleições 2024

No dia 6 de outubro, mais de 154 milhões de eleitoras e eleitores de 5.569 municípios brasileiros irão às urnas escolher prefeitas e prefeitos, vice-prefeitas e vice-prefeitos, e, ainda, vereadoras e vereadores nas Eleições Municipais 2024.

# Candidatos já se articulam para concorrer às prefeituras de Mato Grosso

Saiba quem são os políticos com intenção de comandar as três maiores cidades do estado

Por Vanessa Alves

**A**s eleições municipais de 2024 já estão se aproximando e sempre surgem diversas especulações sobre quem vai se candidatar à prefeitura, e até mesmo quem vai tentar ocupar um lugar nas câmaras municipais. Faltam apenas quatro meses para escolher prefeito, vice-prefeito e vereadores e, com isso, os nomes de quem já está se colocando à disposição da população começam a surgir.

Nas três maiores cidades de Mato Grosso, Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, as conversas sobre ligações e quem deve encabeçar cada uma delas já são quase certas, faltando apenas o prazo da Justiça Eleitoral encerrar oficialmente.

Antes de apertar os números na urna e decidir quem vai nos representar nas prefeituras e nas câmaras municipais, é preciso conhecer quem se põe nessa posição de representante do povo. E, para isso, a RDM Parlamento MT separou os principais nomes cotados à prefeitura das três maiores cidades do estado. Veja abaixo cada nome e conheça um pouco da história de cada um deles.

Em Cuiabá, capital de Mato Grosso, nomes como Eduardo Botelho (União Brasil), Abilio Brunini (PL) e Lúdio Cabral (PT) estão entre os holofotes para a disputa.

## **Eduardo Botelho** (União Brasil)



Eduardo Botelho é empresário, tem 65 anos, e é pré-candidato à prefeitura de Cuiabá. Atualmente está filiado ao Partido União Brasil, mas já passou pelo PSB. Ele é o atual presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), pela quarta vez. Foi eleito deputado estadual em 2014, se reelegeu em 2018 e se filiou ao União em 2022, quando houve a fusão do antigo Democratas e do Partido Social Liberal (PSL).

## **Abilio Brunini** (PL)



Abilio Jacques Brunini Moumer é arquiteto, político brasileiro e tem 40 anos. Está concorrendo à prefeitura da capital filiado ao Partido Liberal (PL). Atualmente, é deputado federal por Mato Grosso. Ele será apoiado pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). O pré-candidato já foi vereador por Cuiabá em 2016, quando foi eleito pelo Partido Social Cristão (PSC). Em 2020 concorreu ao cargo de prefeito da capital, foi para segundo turno com o atual, Emanuel Pinheiro (MDB), mas perdeu.

## **Lúdio Cabral** (PT)



Lúdio Frank Mendes Cabral, de 53 anos, é médico sanitário e nasceu em Rio Verde (GO), em 15 de março de 1971. Foi eleito deputado estadual em 2018 com 22.701 votos e reeleito em 2022 com 47.533 votos, dos quais 22.356 foram em Cuiabá. Iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, foi diretor do Sindicato dos Médicos (Sindimed) e teve dois mandatos de vereador em Cuiabá, entre 2005 e 2012. Na Câmara Municipal, ele se destacou na defesa dos direitos básicos da população e na fiscalização do poder público.

## **Carlos Avallone** (PSDB)



Carlos Avallone Junior tem 64 anos, é engenheiro civil, nasceu em Dracena (SP), mas veio para Mato Grosso

com pouco mais de três anos de idade. Foi reeleito como deputado estadual em 2022 com 26.594 votos obtidos em 121 municípios, quase o dobro da votação de 2018 (14.263 votos). Avallone já havia atuado como deputado em três ocasiões, na condição de suplente, período em que teve várias leis aprovadas. Já presidiu o Sindicato da Indústria da Construção Civil e foi reeleito este ano como vice-presidente da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT). Seu partido é o PSDB, onde preside o diretório estadual. Nunca mudou de sigla desde o início da vida pública.

#### **Reginaldo Teixeira** (Novo)



O empresário Reginaldo Teixeira tem 49 anos. Foi apresentado como pré-candidato à prefeitura de Cuiabá pelo partido Novo. Reginaldo diz que pretende utilizar sua vasta experiência em gestão para propor medidas inovadoras que beneficiem a população, incentivem o empreendedorismo e resolvam questões cruciais de infraestrutura e saúde na capital de Mato Grosso.

#### **Victório Galli** (PSL)



Victório Galli Filho é professor, tem 63 anos e nasceu em Rosana (SP). Foi deputado federal de 2007 a 2015. Licenciou-se do mandato de deputado federal, na Legislatura 2015-2019, em licença conjunta consecutiva, sendo 30 dias para tratamento de saúde e 91 dias para tratar de interesse particular, a par-

tir de 23 de agosto de 2016. Reassumiu em 22 de dezembro de 2016. Atuou na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD, sendo presidente nos anos de 2016 e 2017, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR nos anos de 2015 e 2016, como suplente, e na Comissão de Viação e Transportes - CVT, como suplente nos anos de 2018 e 2019.

Em Várzea Grande, o principal nome cotado para a disputa é Kalil Baracat (MDB), que tentará a reeleição na prefeitura. Outro nome cotado para a disputa é a advogada Flávia Moretti (PL).

#### **Kalil Baracat** (MDB)



Kalil Sarat Baracat de Arruda é empresário e tem 43 anos. Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), disputará a reeleição em 2024. Em 2012 disputou a eleição ao cargo de vereador por Várzea Grande pela coligação "Amor por Várzea Grande", tendo sido eleito com 2.613 votos. Em 2020, foi eleito prefeito da cidade industrial com 50.918 votos.

#### **Flávia Moretti** (PL)



Flávia Petersen Moretti, 49 anos, é advogada, natural de Ribeirão Preto (SP). Moretti foi presidente da seccional da

OAB-VG por 12 anos e é ex-secretária municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Regularização Fundiária. Atualmente, ela é presidente do PL Mulher em Várzea Grande, membro da Business Professional Women (BPW), Instituto dos Advogados Mato-grossenses (IAMAT) e da Associação Brasileira de Advogados (ABA). Flávia Moretti aceitou o convite do PL para ser pré-candidata do partido em novembro de 2023, após reunião com o ex-presidente da República Jair Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michelli Bolsonaro. Em Rondonópolis, entre os nomes cotados para a disputa pelo cargo do chefe do Executivo municipal, estão o do deputado estadual Thiago Silva (MDB), o deputado estadual Cláudio Ferreira (PL) e o ex-prefeito e ex-deputado federal Adilton Sachetti (Republicanos).

#### **Thiago Silva** (MDB)



Thiago Alexandre Rodrigues da Silva, 42 anos, é natural de Rondonópolis. Em 2012, concorreu a seu primeiro cargo eletivo para a Câmara Municipal de Vereadores de Rondonópolis, se elegendo nas urnas com 1.624 votos, sendo o décimo segundo vereador mais votado daquela legislatura. Na eleição estadual de Mato Grosso (2018), Thiago Silva foi eleito deputado estadual com 19.339 votos. Ele é o primeiro vereador do município de Rondonópolis eleito como deputado estadual, garantindo assim a cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso durante a 19ª Legislatura.

#### **Cláudio Ferreira** (PL)

Cláudio Ferreira de Souza, 45 anos, é natural de Rondonópolis, biólogo, professor, empresário, paisagista, filiado ao Partido Liberal (PL). É deputado estadual de Mato Grosso. Em 2020, se candidatou à prefeitura de Rondonópolis, mas não foi eleito, recebendo apenas 17,21% dos votos. Na última eleição, concorreu ao

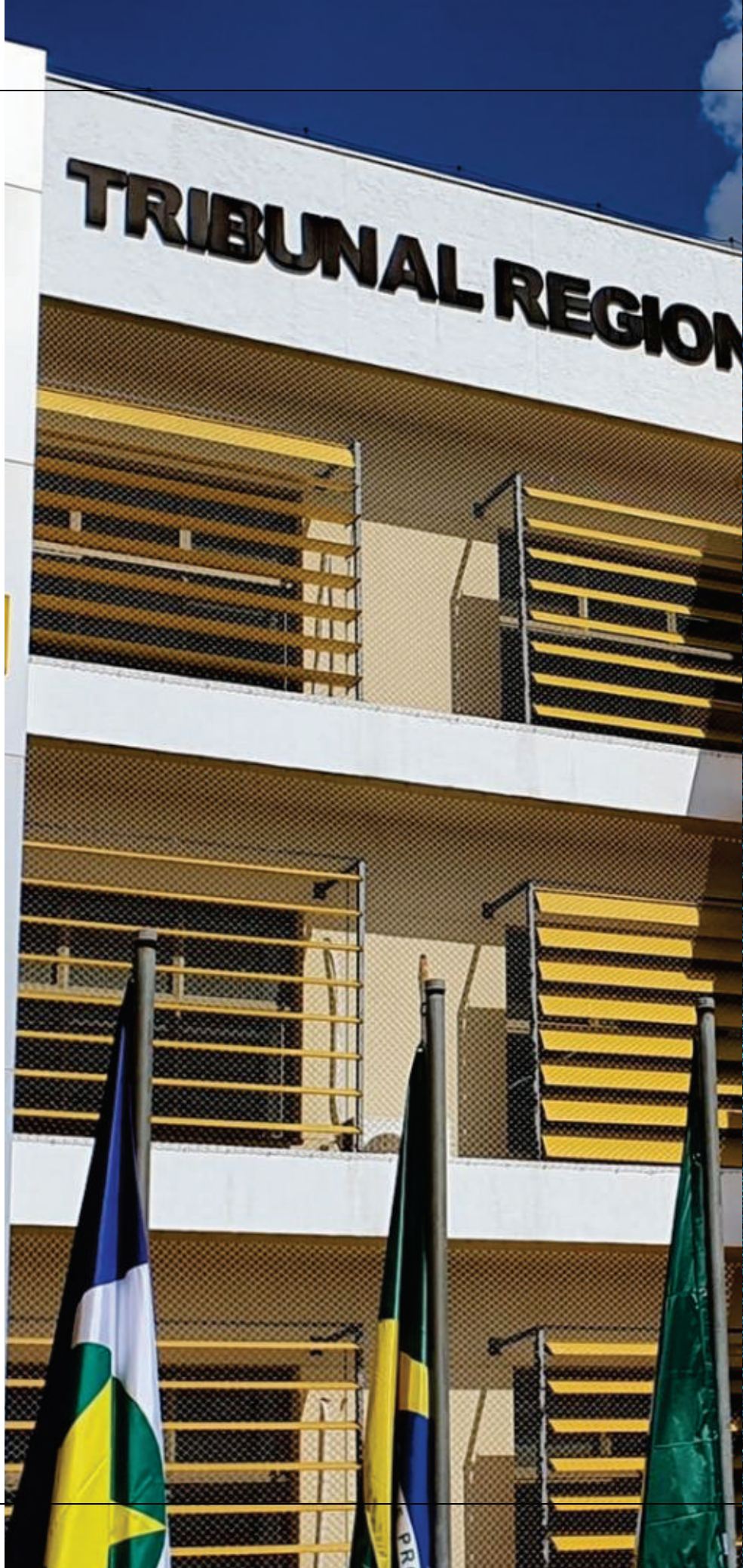
cargo de deputado estadual e foi eleito com 26.234 votos. Durante sua legislatura, teve projetos como o PL 945/2023, que cria o Programa CNH Social, aprovado.



**Adilton Sachetti** (Republicanos)



Adilton Domingos Sachetti, 68 anos, é natural de Nova Veneza, Santa Catarina, arquiteto e deputado estadual, filiado ao partido Republicanos. De 2005 a 2008, Adilton Sachetti foi prefeito de Rondonópolis. Foi deputado federal por Mato Grosso entre 2015 e 2019, e fez parte da bancada que luta pela ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento da produção agropecuária brasileira. Votou a favor do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Em 2017, deixou o PSB, por discordar da posição contrária que o partido passou a adotar ante o Governo Temer e passou a filiar o Republicanos. Foi presidente do Sindicato Rural de Rondonópolis, diretor da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat), um dos fundadores da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) e conselheiro e presidente da Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão (AMPA).



**VOCÊ PODE  
SER MUITOS.**



**REINVENTE-SE.**

**CASA  PRADO**

# Quatro prefeitos das 10 maiores cidades de MT deixam cadeiras em 2024



Veja abaixo os nomes daqueles que deixam a gestão municipal

## Da Redação

Faltam pouco mais de quatro meses para as Eleições de 2024 e muitos nomes já estão sendo cotados para a disputa ao cargo de chefe do Executivo municipal de todas as cidades do país. Em Mato Grosso, das 10 maiores cidades, com população acima de 70 mil habitantes, em quatro os atuais prefeitos não vão estar na disputa eleitoral de 2024.

Abaixo vamos saber quem são e por qual motivo eles não irão disputar. São os casos de Emanuel Pinheiro (Cuiabá), Zé do Pátio (Rondonópolis), Ari Lafin (Sorriso) e Léo Bortolin (Primavera do Leste), que encerram seus mandatos em dezembro de 2024.

Já em outros, irão buscar a reeleição e tentar continuar por mais um tempo com cargo eletivo, como os casos de Kalil Baracat (Várzea Grande), Roberto Dorner (Sinop), Eliene Liberato (Cáceres), Vander Masson (Tangará da

Serra), Adailson Gonçalves (Barra do Garça) e Miguel Vaz (Lucas do Rio Verde).

### Cuiabá (650.877 mil habitantes)

Começando por Cuiabá, o atual prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) não poderá disputar as eleições neste ano. Ele foi eleito em segundo turno em 2016 com 60% dos votos, o equivalente a 157.877, vencendo a disputa contra Wilson Santos, do PSDB, que obteve 103.483 votos (39,59% dos votos válidos), e reeleito em 2020, 135.871 votos, ou 51,15% dos votos válidos. Por já ter oito anos comandando o município, nesta eleição ele não pode participar.

### Rondonópolis (244.911 habitantes)

Na terceira maior cidade do estado, o atual prefeito de Rondonópolis, Zé Carlos do Pátio (Solidariedade), também foi eleito em 2016 com 36,22% do total de

votos válidos, o equivalente a 39.352 votos, e reeleito em 2020, com 43,87%, 44.605 votos.

### Sorriso (110.635 habitantes)

O atual prefeito de Sorriso, Ari Lafin (PSDB), foi eleito em 2016 com 54,14% dos votos, que representa 21.008 votos. Depois, foi reeleito em 2020, com 73,62% dos votos válidos, um total de 30.179.

### Primavera do Leste (85.146 habitantes)

O atual prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin (MDB), foi eleito em 2016 com 69,25% dos votos válidos, um total de 17.608. E em 2020, foi reeleito com 89,04% dos votos válidos, um total de 26.117.

### Alguns podem continuar no cargo

Já na lista dos pré-candidatos que irão disputar as eleições em 2024 e poderão

tentar a reeleição para serem gestores dos municípios, por mais quatro anos, estão os nomes de Kalil Baracat (MDB), em Várzea Grande, que terá como principal adversária a advogada Flávia Petersen Moretti (PL).

Em Sinop, o atual prefeito Roberto Dorner (Republicanos) tentará a reeleição em 2024, e terá como principais adversários o deputado estadual Dilmar Dal Bosco (União) e a empresária Mirtes Leitzke Grotta (ainda sem filiação).

Na região do Pantanal, em Cáceres, a atual prefeita Eliene Liberato (PSB) tentará sua reeleição em 2024 e terá como seu principal adversário o professor Leandro Santos (PSD), que oficializou sua pré-candidatura em março deste ano. Outro pré-candidato na disputa pelo cargo na prefeitura do município é James Cabral (PT), irmão do deputado estadual Lúdio Cabral (PT).

### Quanto tempo um prefeito pode ficar no 'poder'?

Os mandatos eletivos de parlamentares e chefes de Poder Executivo têm atualmente duração de quatro anos. A reeleição (renovação do mandato nas eleições seguintes) é permitida, limitada a uma vez no caso de prefeitos, governadores e presidente da República.

Em 2009, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou uma proposta inconstitucional. Ela tratava da ação de que um candidato a prefeito pudesse concorrer a um terceiro mandato consecutivo em cidade diferente da qual a função teria sido exercida anteriormente por duas gestões.

A conduta denominada "prefeito itinerante" se referia a candidatos que cumpriram dois mandatos em seu município e depois mudaram o domicílio eleitoral para concorrer pela terceira vez consecutiva em outra cidade.

Segundo os ministros, na época, por causa da "segurança jurídica", foi decidido que a decisão não valeria para casos atuais. Prefeitos que tinham sido eleitos dessa forma nas eleições de 2008 não seriam cassados. No entanto, da próxima eleição até os dias atuais, o terceiro mandato consecutivo não foi mais permitido. A decisão teve repercussão geral, o que significa que foi aplicada por instâncias inferiores em situações iguais.

A situação que levou a essa decisão teve como base a análise de um recurso de Vicente de Paula de Souza Guedes. Em 2008, ele foi eleito para ser prefeito do município de Valença, no Rio de Janeiro. Antes, ele tinha sido gestor por dois mandatos na cidade vizinha, Rio das Flores.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a cassação de Guedes, mas uma liminar de Gilmar Mendes o manteve no cargo até análise do mérito do processo pelo Supremo.



# Período proibitivo de uso de fogo no Pantanal é antecipado em MT

Decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial do Estado



## Da Redação

No meio de junho, o governo de Mato Grosso antecipou o início do período proibitivo do uso do fogo no Pantanal mato-grossense. O novo Decreto nº 927/2024, publicado na segunda edição extra do Diário Oficial do Estado, levou em consideração as previsões de estiagem severa para os próximos meses.

O documento altera apenas o início do período proibitivo no Pantanal. No Cerrado e Amazônia, mantém-se o período estabelecido pelo Decreto nº 827/2024, publicado em abril, com início em 1º de julho e final marcado para 30 de novembro. No Pantanal, o período se estende até 31 de dezembro. Na zona urbana, a proibição é válida o ano todo para os três biomas mato-grossenses.

O novo decreto leva em consideração a Resolução nº 195 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que declara situação crítica de escassez dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, e a Nota Técnica nº 105/2024 do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres

Naturais (Cemaden), que aponta os impactos do fenômeno La Niña.

Conforme o documento, também foi antecipado o funcionamento do comitê operacional estratégico, a Sala de Situação Central (antigo Ciman), que já deu início às suas atividades no dia 14 de junho. Na ocasião, os órgãos participantes mostraram os resultados obtidos nas ações preventivas.

Entre as ações preventivas já realizadas pelo governo do estado, uma das principais foi a capacitação de mais de 880 brigadistas pelo Corpo de Bombeiros, em mais de 40 cidades, cobrindo todos os três biomas. A formação de brigadistas é fundamental para uma resposta mais eficiente no combate às chamas.

Outra ação é o mapeamento das pistas de pouso na região do Pantanal e dos pontos de captação de água para apoio às ações de resposta aos incêndios florestais, realizado pela Defesa Civil. As equipes do órgão também fizeram vistorias técnicas para conferir as condições de tráfego na Transpantaneira, para o apoio

logístico durante o período proibitivo, e reuniões com os proprietários de hotéis e pousadas na região para a articulação de ações integradas.

## Operação Pantanal

O Estado também deu início à Operação de Combate aos Incêndios Florestais no Pantanal. A ação integrada das Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Segurança Pública tem como objetivo antecipar a distribuição de militares em regiões estratégicas e, com isso, prevenir o combate ao fogo.

Vinte e nove bombeiros militares já combatem dois incêndios no Pantanal, nas proximidades de Porto Conceição, região de divisa entre Cáceres e Poconé, e da Fazenda Cambarazinho, em Poconé. As equipes utilizam caminhonetes, pás-carregadeiras, barco e quadriciclo para chegarem aos locais de difícil acesso.

O Batalhão de Emergências Ambientais (BEA), em Cuiabá, monitora os dois incêndios com satélites para orientar as equipes em campo.



Você sabe como funciona o  
**CONTROLE DE ACESSO?**



O MOSQUITO  
NÃO ESCOLHE  
O ENDEREÇO,  
MAS NÓS  
PODEMOS  
ESCOLHER A  
PREVENÇÃO!

Seu lar, sua fortaleza.  
Elimine criadouros,  
construa um  
ambiente saudável  
para todos.

**Apoie essa causa!**



Em caso de sintomas, procure  
uma Unidade Básica de Saúde



**A LUTA É DE TODOS NÓS!**